



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A(s) Amazônia(s) ribeirinha(s): uma Cartografia Bailante¹

Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

ROCHA, Luana;

Doutoranda; Escola de Arquitetura da UFMG.
luanarochaap@gmail.com

LOPES, Marcela Silviano Brandão;

Doutora; Escola de Arquitetura da UFMG.
marcelasbl.arq@gmail.com

FREITAS, Pedro;

Graduando; Escola de arquitetura da UFMG
pedrotmfreitas@gmail.com

Resumo. O artigo discute o Método Cartográfico Indisciplinar (LOPES, RENA, SÁ, 2019) com incorporação das três categorias de análise propostas por Haesbaert (2021) - normativas, conceituais e da prática. Para fomentar a discussão, criou-se uma disciplina na graduação de arquitetura e urbanismo, onde se desenvolveu uma "Cartografia Bailante" da(s) Amazônia(s) Ribeirinha(s). Nela, arranjos híbridos foram experimentados para expandir os conceitos relativos às materialidades e às identidades. Por fim, resistências em curso foram discutidas acionadas pelos saberes tradicionais.

Palavras-chave. resistência; cartografia; híbridos; ribeirinho; materialidades.

Riverside(s) Amazon dancing cartography

Abstract. The article discusses the Undisciplinary Cartographic Method (LOPES, RENA, SÁ, 2019) with incorporation of the three categories of analysis proposed by Haesbaert (2021) - normative, conceptual and practice. To improve the discussion, a discipline was created in the architecture and urbanism undergraduate course, where a Riverside Amazon(s) "Dancing Cartography" was developed. In it, hybrid arrangements were experimented to expand the concepts related to materialities and identities. Finally, ongoing resistances were discussed, activated by traditional knowledge.

Keywords: resistance; cartography; hybrid; riverside; materialities.

La(s) Amazonia(s) ribereña(s): una Cartografía Bailante

Resumen. El artículo discute el método cartográfico indisciplinar (LOPES, RENA, SÁ, 2019) con incorporación de las 3 categorías de análisis propuestas por Haesbaert (2021) - normativa, conceptual y práctica. Para fomentar el debate, se creó una disciplina en el curso de graduación de arquitectura y urbanismo, donde se elaboró una "cartografía bailante" de la(s) Amazonia(s) ribereña(s). En ella se experimentaron disposiciones híbridas para ampliar los conceptos relacionados con las materialidades y las identidades. Por último, se habló de las resistencias actuales, activadas por los conocimientos tradicionales.

Palabras clave: resistencia; cartografía; híbridos; ribereñas; materialidades.

¹ "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001"

Introdução

Este artigo discute as maneiras de investigar um determinado espaço, sem cair em dicotomias redutoras, conseqüentes de bases epistemológicas hegemônicas, na sua maioria, eurocêntrica. Têm-se como subsídio para essa discussão investigações realizadas tanto junto aos moradores das palafitas na cidade de Macapá, quanto em territórios populares de Belo Horizonte. Em ambas, foi possível identificar a separação insistente entre natureza e sociedade - a partir da qual os atores não humanos da natureza são abordados como recursos a serem apropriados ou preservados, e entre formalidade e informalidade, resultando em políticas urbanas que colocam em lados opostos os saberes populares advindos das resistências engendradas por moradores e os saberes técnicos hegemônicos, que pautam as ações implementadas pelo poder público.

Com o intuito de romper com essas dicotomias, este artigo tem como referência o método de investigação elaborado em 2018 por um grupo de pesquisadores (LOPES, RENA, SÁ, 2019), e que teve como base a Cartografia das Controvérsias, proposta por Bruno Latour (2012). Tal método propõe partir de perguntas simples (o que, por que, com quem, com o que, onde, quando), para se obter uma cartografia complexa. Em 2022, foram incorporados a esse método as três categorias de análise propostas por Haesbaert (2021) - normativas, conceituais e da prática.

Para fomentar essa discussão, foi aberta uma disciplina optativa, considerando os saberes-fazer e os conflitos existentes ao longo da(s) Amazônia(s) ribeirinha(s), com recorte territorial que engloba Manaus à foz do Rio Amazonas. Considerando a distância geográfica entre o local da disciplina e o território investigado, optou-se por uma abordagem inspirada em três suportes de viagem (manuais, guias e cadernos), entrelaçados por três eixos analíticos: resistências, materialidades e identidades. Tais eixos foram construídos a partir de arranjos híbridos entre as perguntas simples mencionadas acima (perguntas disparadoras), situadas em localidades ao longo do rio Amazonas. Construiu-se, assim, uma "cartografia bailante" a partir da qual professores e alunos da disciplina procuram identificar as relações de resistência em curso no território.

Buscando dialogar com a sessão temática 13, **Identidade e territórios: adaptação e resiliência**, este artigo visa, por meio de uma cartografia das populações tradicionais da(s) Amazônia(s) Ribeirinha(s), discutir as várias formas de resistência acionadas pelos saberes tradicionais, atualizados diante dos vários conflitos em curso. Aposta-se que tais formas de resistência possam, em alguma medida, contribuir para elencar novos pressupostos do processo de urbanização responsivos.

Quanto à estrutura do artigo, inicialmente, será mostrado como o método empregado foi construído. Em seguida, será apresentada a cartografia bailante desenvolvida na disciplina e arranjos híbridos experimentados para expandir os conceitos relativos às materialidades e às identidades. Por fim, as formas de resistência identificadas a partir dos híbridos "materialidades" e "identidades" serão discutidas.

1. Controvérsias e de(s)colonialidade: desafios e possibilidades

É recorrente que um fato e a narrativa sobre ele sejam divulgados e percebidos como algo amalgamado e inquestionável, apagando, assim, os interesses envolvidos por trás dessa narrativa. Fatos-narrativas são concatenados de forma linear e progressista como se houvesse

pela frente apenas um futuro único, consequente de um ponto de vista hegemônico sobre o que se entende por "realidade" ou "contexto". (FIG.1)

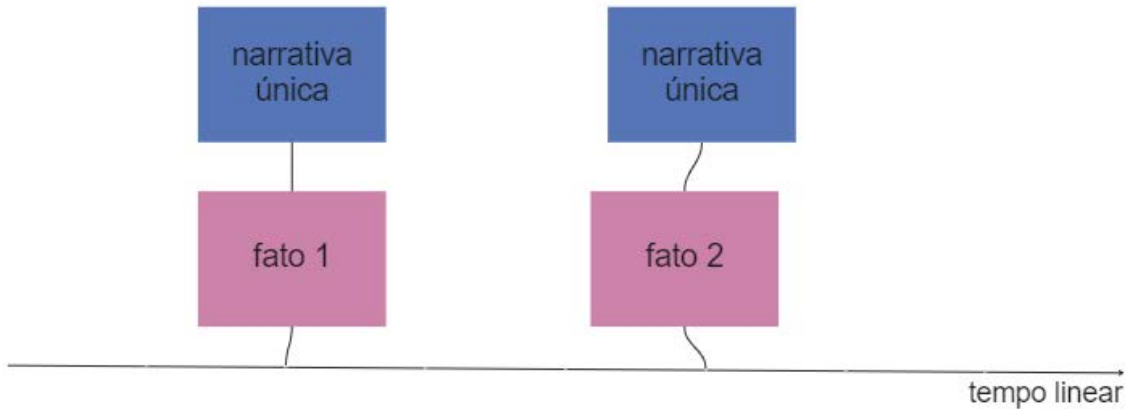


Figura 1: Diagrama fato-narrativa (fonte: elaborado pelos autores).

Em oposição a isso, muitos pesquisadores buscaram dissociar os fatos e o que é dito sobre eles, introduzindo nas suas investigações mais de uma fonte, produzindo o que se costuma denominar de narrativas contra-hegemônicas ou simplesmente contra-narrativas. (FIG.2)

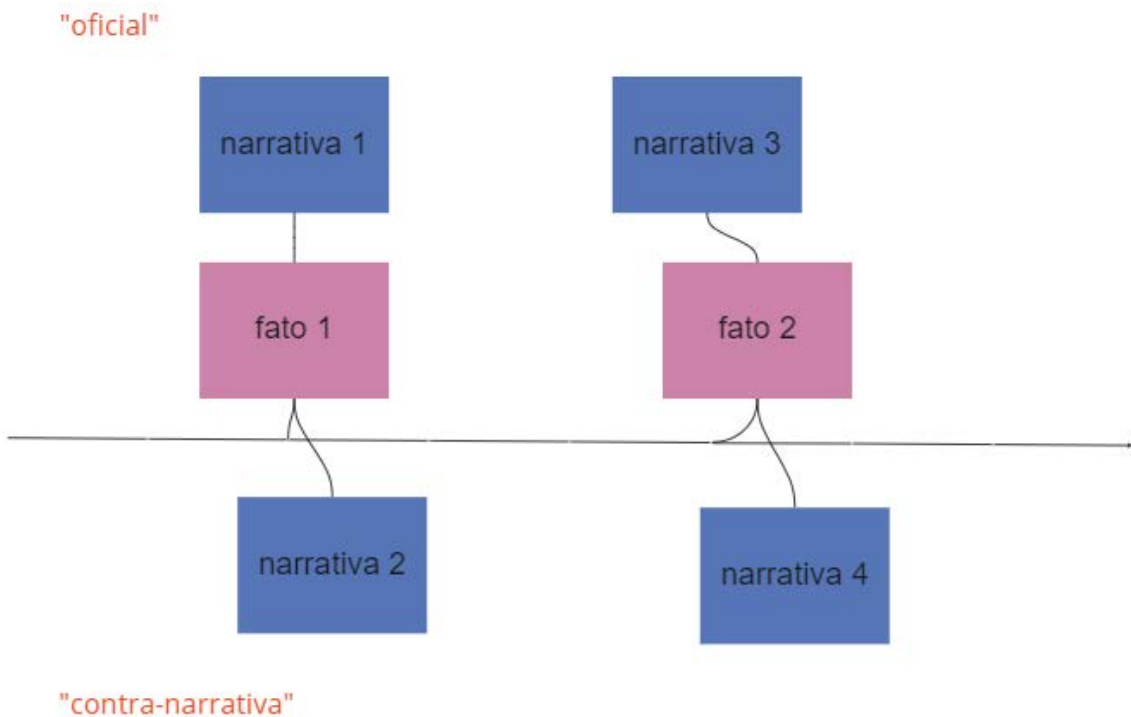


Figura 2: Diagrama fatos-narrativas (fonte: elaborado pelos autores).

Entretanto, apesar da ampliação evidente dessa abordagem, via de regra se produz dicotomias, quando cada campo (hegemônico e contra-hegemônico) é considerado como sendo um bloco homogêneo, com suas contradições internas aplainadas.

Buscando outra direção, os autores deste artigo recorreram a 2 métodos de análise que poderiam contribuir para complexificar suas investigações: o método cartográfico Indisciplinar e a abordagem de(s)colonial proposta por Haesbaert.

1.1. Método Cartográfico Indisciplinar

O método Cartográfico Indisciplinar (LOPES, RENA, SÁ, 2019) foi construído por um grupo de pesquisadores, tendo como princípio-base a compreensão da cartografia como via de construção de realidade a partir de associações rizomáticas e campo de forças múltiplas, nos quais as dinâmicas entre grupos são configuradas e reconfiguradas sistematicamente. A Cartografia das Controvérsias, proposta por Bruno Latour (2012), foi uma importante referência para o grupo, que traduziu as incertezas elencadas por Latour por meio de perguntas disparadoras organizadas em diagramas esquemáticos.

Sobre a incerteza "natureza dos fatos", o grupo considerou que os fatos (**o que**) estão sempre associados às narrativas construídas sobre eles (**por que**), o que permite a identificação de uma primeira controvérsia: questões de fato versus questões de interesse. Quanto à incerteza "não há grupos, apenas formação de grupo", o grupo considerou que os atores-humanos (**com quem**) podem ser identificados pela sua associação a uma dada narrativa (**por que**) ou mesmo a mais de uma narrativa. O mesmo pode ser feito em relação à incerteza "os objetos também agem", se considerarmos que os atores não humanos (**com o que**, naturais ou técnicos) também se articulam aos atores humanos e às narrativas. Dessa maneira, as 4 perguntas - o que? (fato), por que? (narrativas), com quem? (atores-humanos) e o com que? (atores não humanos) configuram os **nós** de uma **rede** e as **linhas** que ligam esses nós representam as conexões entre eles. A quantidade de conexões que um dado nó possui denota sua importância na rede. Ao organizar essa rede em uma linha do tempo (**quando?**) ou em um mapa (**onde**) os desdobramentos temporais e os efeitos espaciais podem ser visualizados, bem como novas controvérsias. (FIG.3,4,5)



Figura 3. Diagrama linha do tempo (fonte: elaborado pelos autores).

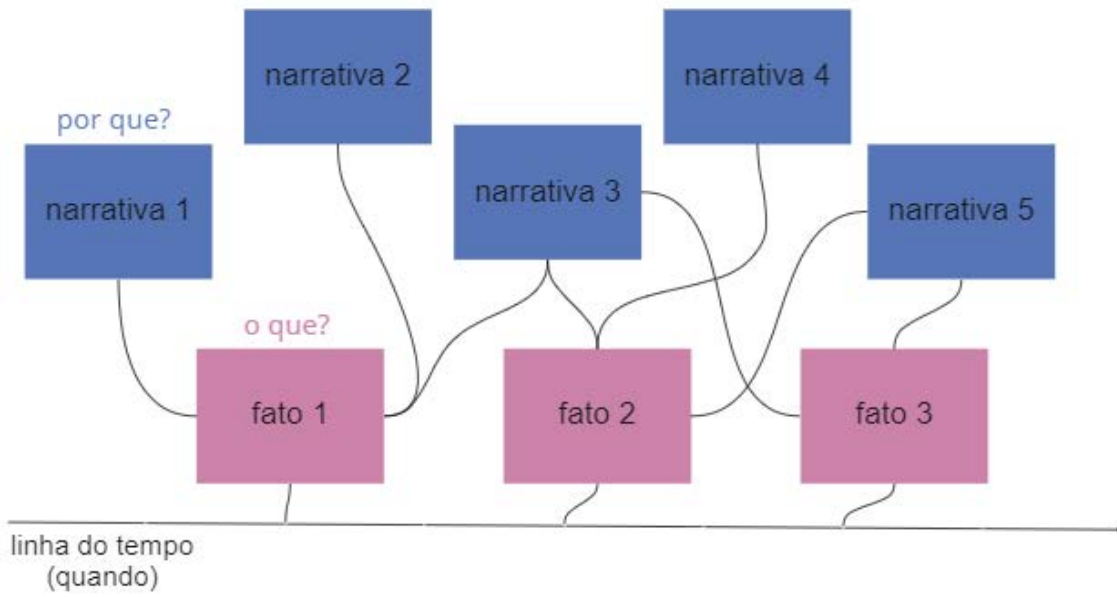


Figura 4. Diagrama linha do tempo - fatos-narrativas-quando (fonte: elaborado pelos autores).

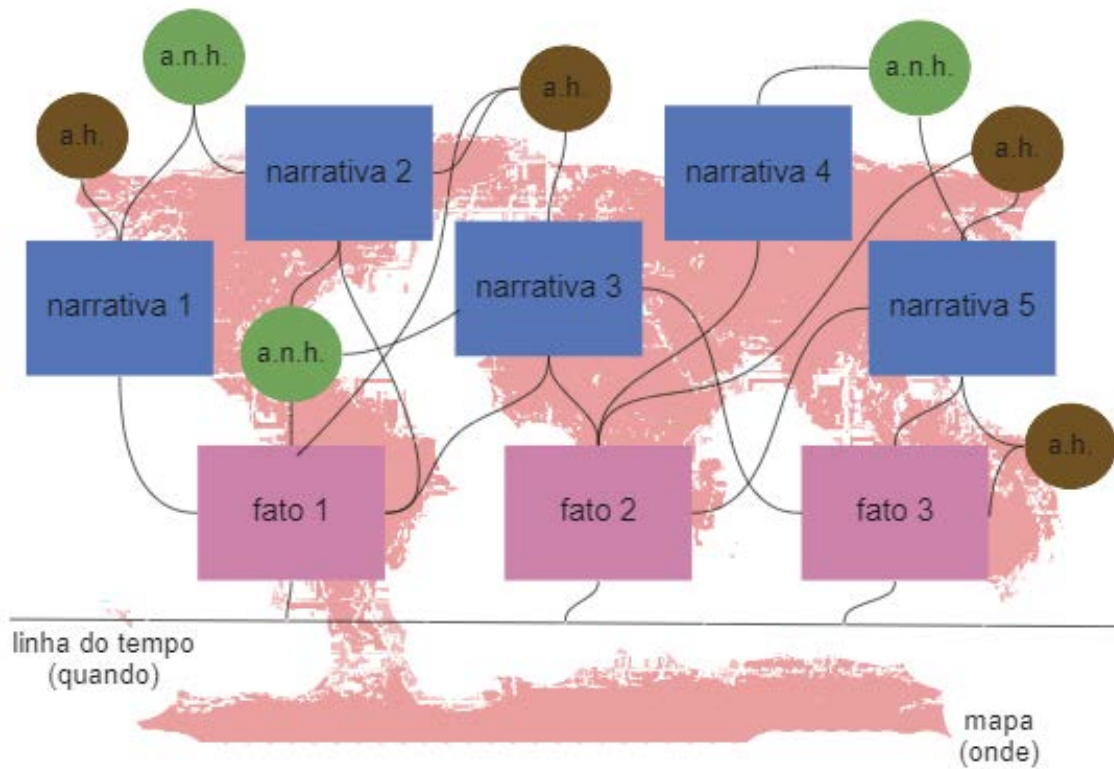


Figura 5. Diagrama fatos-narrativas, com quem-com o que-quando-onde (fonte: elaborado pelos autores).

1.2. Cartografia e de(s)colonialidade

Em 2022, os autores deste artigo, interessados nas discussões sobre descolonialidade, encontraram em Haesbaert (2021) três categorias de análise para ler o território: categoria da prática, categoria normativa e categoria conceitual (ou analítica). (FIG.6)

A primeira, o território como categoria da prática, envolve a concepção de território no senso comum, tal como proposta no cotidiano da maioria dos grupos sociais, próxima daquilo que os antropólogos denominam categoria nativa. Uma segunda leitura, a do território como categoria normativa, é aquela que, mais do que buscar responder a “o que é” o território, desvenda “o que ele *deve* (ou *deveria*) ser”. Essa perspectiva aparece, por exemplo, nas chamadas políticas territoriais do Estado. Finalmente, o território pode ser visto como categoria de análise, abordagem prioritária no âmbito acadêmico, em que território se transforma em um conceito teórico e metodologicamente elaborado através da reflexão intelectual. (HAESBAERT, 2021, p.130-131)

Tal abordagem decolonial, ao agregar a categoria da prática no rol das discussões, traz para a cena as vozes dos grupos subalternizados, suas vivências e suas estratégias de enfrentamento aos conflitos em curso. Sendo que vários desses conflitos advêm da colonialidade do poder, que passam da exploração da natureza à subjugação de povos. A colonialidade do poder foi cunhada por Quijano (2005) e corresponde a padrões de poder constitutivos do colonialismo e de seus legados, fundamentada pela imposição ideológica da hierarquização étnica/racial.

uma das grandes contribuições do pensamento decolonial é justamente ler o espaço como essa densidade/multiplicidade de tempos acumulados e constantemente refeitos. Rer e refazer o tempo à luz do espaço presente, objetivando um novo futuro que em hipótese alguma abandona o passado, é uma das grandes ênfases da descolonialidade do poder. (HAESBAERT, 2021, p.37)

Baseado na concepção de Massey (2008), o espaço é tido como esfera da multiplicidade, de diferentes trajetórias e vozes que coexistem conflituosamente, o que abre para diferentes narrativas. O espaço está (relativamente) em aberto, pois está sempre em processo de fazer-se. O que para Haesbaert (2021), volta-se para novas conexões e novas perspectivas de outros mundos possíveis.

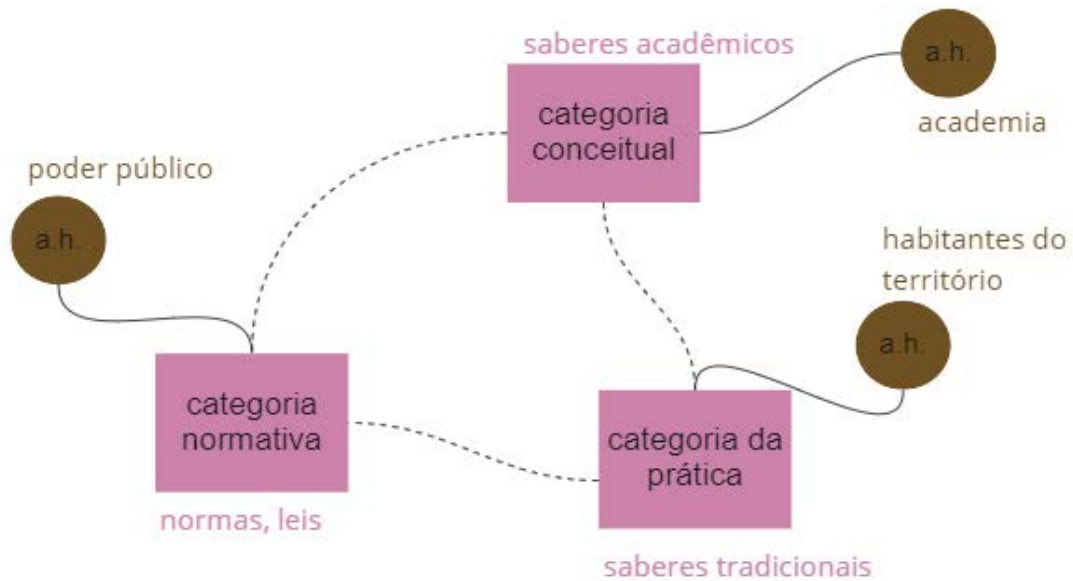


Figura 6. Diagrama - categorias (fonte: elaborado pelos autores).

Entretanto, apesar da proposta de Haesbaert abrir novas perspectivas, percebeu-se o risco de se cair em 3 abordagens separadas que se multiplicam em uma só direção (FIG.7), como nos aponta o próprio autor:

No jogo entre categorias da prática, do senso comum e/ou do vivido e categorias de análise mais intelectualizadas não deve ser estabelecida uma nova hierarquia, agora invertida, mas uma dinâmica mutuamente transformadora que, além de tudo, sempre dá margem para a manifestação de uma pluralidade de vozes. (HAESBAERT, p.43)

Encarar o território como espaço de r-existência, como espaço múltiplo de vida, como nos ensinam os povos originários e como foi visto no capítulo anterior, pode, entretanto, trazer alguns problemas quando enfatizamos o território como categoria analítica mais rigorosa e não basicamente como categoria da prática, mais difundida no senso comum. (HAESBAERT, p.217)

As armadilhas do território estão referidas aos grandes debates filosóficos e/ou científicos em torno de dualismos bem conhecidos, como aqueles entre espaço e tempo (ou geografia e história), já aqui abordado, material e ideal (ou, em outros termos, correlatos, funcional e simbólico), teoria e prática, sujeito e objeto, indivíduo e grupo social, e fixação e mobilidade (que pode se traduzir, neste caso, pela oposição feita por alguns autores entre território e rede). (HAESBAERT, p.218)

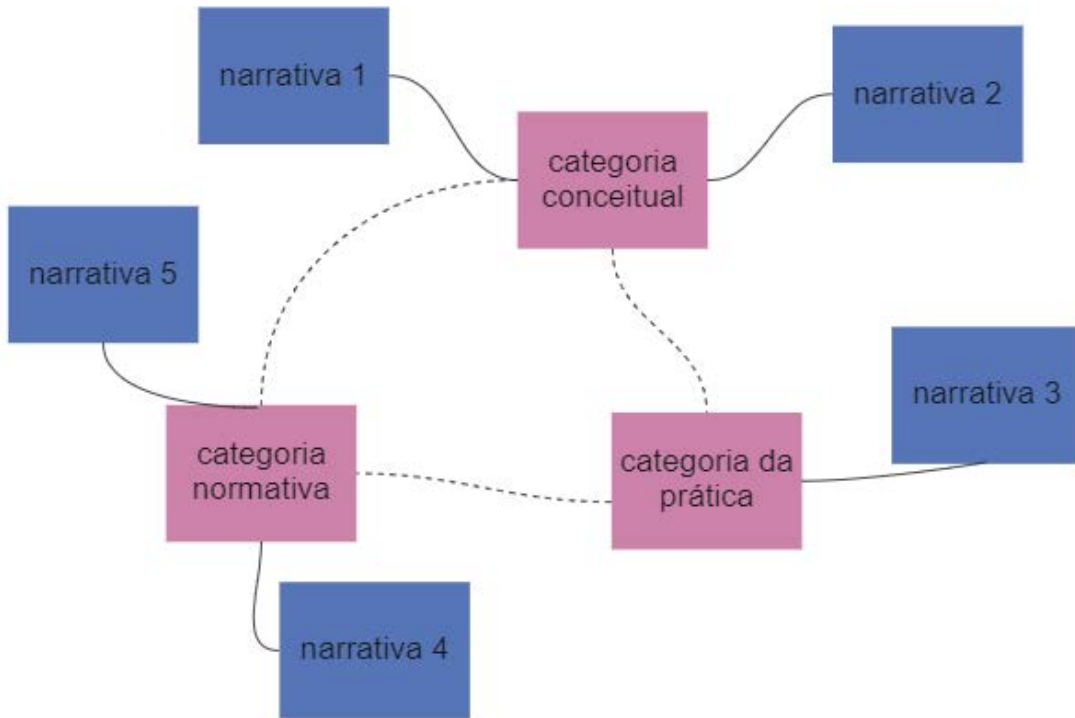


Figura 7. Diagrama categorias-narrativas (fonte: elaborado pelos autores).

Buscando as possíveis tangências e controvérsias entre as categorias, os autores deste artigo aproximaram o Método Cartográfico Indisciplinar das categorias propostas por Haesbaert e um novo desenho conceitual-metodológico foi esboçado. (FIG.8)

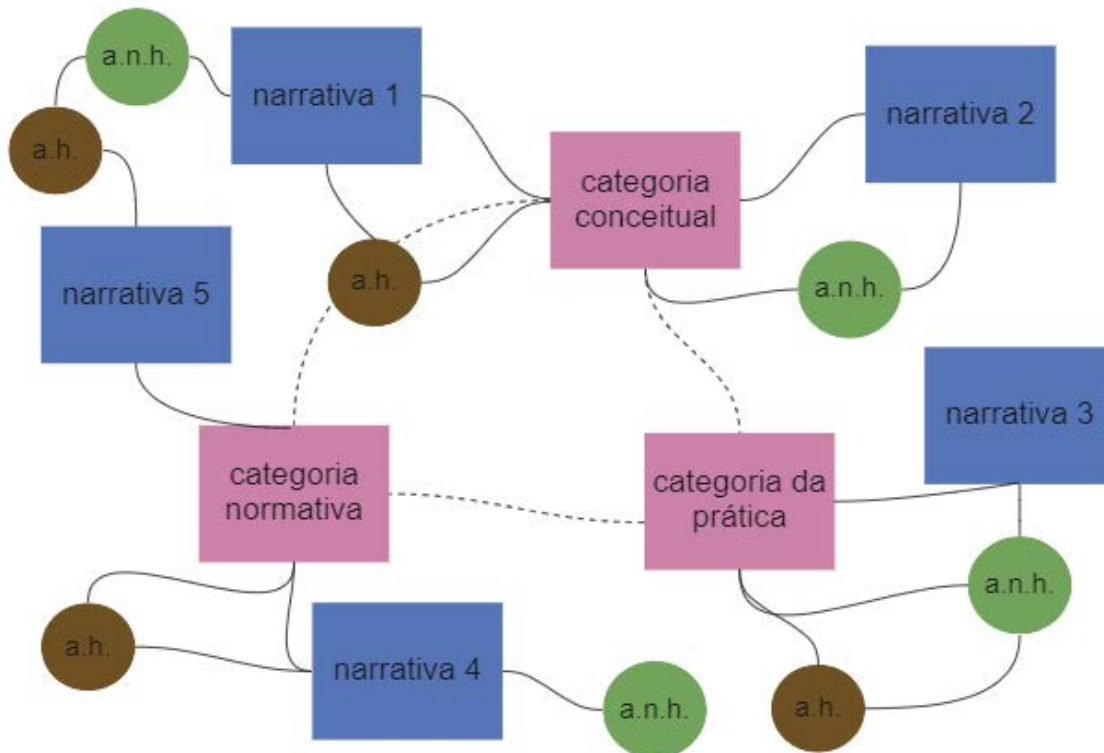


Figura 8. Diagrama categorias-por que-com quem-com o que (fonte: elaborada pelos autores).

A partir dessa mescla conceitual-metodológica, abriu-se um novo desafio : como identificar se algo é da ordem da resistência ou da sujeição, respeitando o caráter subversivo das práticas cotidianas, mas, ao mesmo tempo, sem cair na sua idealização/ romantização ? Como manter o pressuposto relacional da cartografia sem ignorar contextos diferentes, mas, ao mesmo tempo, sem fixar identidades? Em suma, como construir híbridos, sem apagar as diferenças?

2. A(s)Amazônia(s) ribeirinha(s): uma cartografia bailante

Diante das inquietações apresentadas, foi aberta uma disciplina optativa sobre a(s) Amazônia(s) ribeirinha(s). E por que estudar essa temática no sudeste? Se estudar arquitetura sudestina em uma universidade do norte é comum, o contrário não. Ao se pensar em uma arquitetura que está sendo “outrificada”, como outro exótico e distante, desconectado à cidade, tal externalidade distante causa um estranhamento, ainda que o país seja diverso. O que se deve pela lógica de reprodução da colonialidade do saber, fundamentada na superioridade da epistemologia ocidental, que leva a desvalorização, subordinação ou ao extermínio de outros saberes. Entretanto, é necessário reconhecer que as populações tradicionais, como os ribeirinhos, possuem um conhecimento e estratégias de luta relevantes.

A disciplina teve como objetivo construir uma "Cartografia bailante" sobre as Amazônia(s) ribeirinhas. No plural, porque são várias amazônias, bailante porque o Arquipélago do Bailique, localizado no Amapá, foi o ponto de partida da disciplina, e seu nome vem da imagem "ilhas que bailam". Mas bailante também porque a intenção era cartografar os conflitos de forma flexível e experimental, por meios de linguagens variadas, misturando dados "duros", vindos das estatísticas e documentos oficiais (categoria normativa), com textos acadêmicos (categoria conceitual) e falas de moradores e registros poéticos do território (categoria da prática).

Na primeira parte da disciplina, foram ministradas aulas expositivas e palestras com convidados, a partir das quais foi possível um debate múltiplo sobre as várias Amazônia(s) Ribeirinhas. Na primeira aula expositiva, foram apresentadas a metodologia apresentada no tópico anterior, alguns conceitos balizadores e a primeira aproximação ao Bailique.

Desde o início, urbano e ribeirinhos não foram apresentados como dicotômicos, tendo em vista que, a partir do conceito de urbanização extensiva, compreende-se que a urbanização se estende para além dos limites da cidade e leva as condições urbano-industriais de (re)produção a todo espaço social. Estende, também, a pólis/política e a civitas/cidadania pelas lutas e resistências das populações (MONTE-MÓR, 2006). Na dualidade cidade/campo, a urbanização aparece como o terceiro elemento. O tecido urbano-industrial chega às comunidades ribeirinhas pela: infraestrutura, internet, serviços, produtos, futebol, TV, grandes empreendimentos, alimentos industrializados (com o que), dentre outros, ainda que de forma desigual. Permite-nos pensar nos fluxos entre Bailique e Macapá, sendo que a capital possui centralidade regional, no qual as populações buscam serviços e equipamentos inexistentes ou precários em suas comunidades. Em suas lutas, os ribeirinhos relacionam-se em rede com agentes externos, como ONG's e Universidades.

Pela categoria normativa, um exemplo citado foi a construção de uma UBS, em 2021, na Vila Progresso. Feita com material pré-moldado de cimento e estrutura metálica, o material foi todo transportado de barco. O discurso do poder público enfatizou a termoacústica para garantir isolamento térmico, maior durabilidade e resistência ao fogo. Porém, na categoria da prática, notou-se um espaço extremamente quente e abafado, onde as pessoas mal conseguem ficar em seu interior, pois as janelas não estão voltadas aos ventos predominantes. Se houvesse tido,

pelo menos, uma breve conversa com os moradores considerando seus conhecimentos construtivos e de vida no local, o resultado teria sido distinto.

Com relação às palafitas, por exemplo, elas são abordadas muitas vezes pelo viés da relação harmônica entre humanos e natureza, uma "arquitetura anfíbia", denominação que provém da identificação metafórica "homens anfíbios", o qual se refere aos sujeitos que habitam dois ambientes: a terra e a água (FRAXE, 2000). Porém, a discussão fomentada por uma das palestrantes apontou que a arquitetura anfíbia tanto valoriza a adaptação ao regime hidrológico - ora seco, ora molhado -, quanto pode despolitizar a questão, ao remeter ao bom selvagem e obliterar possíveis conflitos e seus processos de produção. Além de se relacionar com a "bestialização" de povos que vivem junto à natureza aproximando-os de conceitos animais, as palafitas podem ser entendidas também como resultado de processos de expulsão das terras urbanas da população pobre, recorrentes em dinâmicas próprias do capitalismo.

Em outra direção, o Arquipélago do Bailique, no Amapá, foi trazido para a sala de aula pelo olhar sensível de um fotógrafo e pelos depoimentos de moradores, que compartilharam seu cotidiano e as estratégias de luta acionadas ali para se contrapor às mazelas de um desenvolvimento econômico que não considera os modos de vida e as expertises em curso.

De acordo com outro palestrante, no Arraiol (Bailique), a prática do mutirão é habitual, trata-se de um trabalho coletivo, onde se compartilha trabalho, alimento, alegria e conversas. Há uma transmissão geracional de saberes para as crianças que participam auxiliando, presenciando ou brincando. Com o mutirão, autoconstróem espaços de uso coletivo (como biblioteca e cantina comunitárias, pracinha, posto de saúde), de uso pessoal e extração de açaí. Nos dois últimos, há uma troca com retribuições futuras.

Enfatizado nas palestras, o Protocolo Comunitário do Bailique foi criado como mecanismo de discussão para fortalecimento das comunidades. No quesito educacional, criou-se o Centro de Vocação Tecnológica (CVT), em parceria com a FURG, onde há intercâmbio com outras comunidades do Bailique para o Arraiol, em que os jovens recebem alojamento durante o curso e aprendizados pela convivência. Recentemente receberam um laboratório flutuante autossustentável.

O projeto de extensão da Cartografia Socioambiental feita pelo Núcleo de Desenvolvimento Territorial Sustentável (NUTEX), fundamentada nas ideias da Nova Cartografia Social na Amazônia, busca resumidamente: identificar o uso e ocupação do território, seus principais desafios e conflitos, possíveis soluções, metas a serem alcançadas e sistematizar um planejamento territorial participativo (CALADO, SANTOS, GOMES, 2022).

Alguns dos aspectos comuns no Bailique elencados pela cartografia foram (CALADO, SANTOS, GOMES, 2022): a) modo de vida, vivem em pequenas comunidades com relações familiares, são produtores polivalentes; b) quase todas as vilas participam do protocolo comunitário, compreendem a necessidade de organização para fortalecer suas lutas e/ou criam acordos comunitários; c) as escolas existem em sedes que recebem alunos de outras vilas, não há ensino superior; d) dificuldade de acesso à energia elétrica, coleta de lixo incipiente, inexistência de rede de água tratada, todas as vilas possuem ao menos um ponto de internet; e) as mulheres atuam principalmente à frente de grupos de igreja e escola, os jovens também, bem como na internet, campos de futebol e às praias; f) algumas comunidades sofrem conflitos de acesso ao rio por fazendeiros. Outros três problemas geram impactos em suas vidas. Ao norte da região ocorre assoreamento. No meio e sul ocorre a erosão, com sua intensificação nos últimos anos, caem as edificações e infraestruturas. E a salinização, a região se localiza no encontro do rio com o mar, na época do ano sem chuva, a água salgada entra na foz do rio. Cada vez mais, a água salgada fica por mais tempo e atinge comunidades que antes não vivenciavam a salinização.

Principais soluções elencadas na cartografia: a) intervenções por políticas públicas (erosão, energia, lixo, passarela, saúde, água potável, educação de qualidade, conflitos de acesso ao rio, contaminação da água, oportunidades); b) criar parcerias com universidades, com ONGs, companhia de energia (energia, passarela, água potável, educação de qualidade, conflitos de acesso ao Rio); c) quanto à água potável devido à salinização, distribuição de caixas d'água, perfuração de poços, sistema de tratamento, balsas com água, cisternas, dessalinizadores); d) conflitos de acesso ao rio, com assistência jurídica.

Por fim, houve uma discussão sobre a antropofagia e o Manifesto Piracaia. O manifesto antropofágico iniciou na semana da arte moderna, na semana de 22, e teve como pressuposto a devoração do(s) outro(s), de suas ideias, teve inspiração indígena, mas não possuiu nenhum membro artista indígena. Atualmente, vários artistas indígenas criaram o “Piracaia: um manifesto vanguardista de indígenas antifuturistas”, lançado em um sarau que aconteceu no Museu de Arte Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Anti- não significa que não queiram o futuro, mas que o futuro necessita retornar sua relação com o passado ancestral no sentido de reconhecer um passado negado a essa população.

Após as aulas expositivas e palestras, foram realizadas atividades práticas em sala de aula no intuito de se exercitar junto aos alunos a livre associação entre as imagens e conceitos das várias Amazônia Ribeirinhas apresentadas. (FIG.9)



Figuras 9. Associação livre de imagens e textos (fonte: fotos dos autores).

A partir dessas associações, aconteceram discussões fomentadas pelo desafio, já mencionado acima, de se identificar as resistências para além da ideia de **permanência**, seja em um dado território sob conflito socioambiental, seja em uma certa tradição cultural, e para além, da ideia de **negação**, associadas ao termo des (descolonial, desconstrução). Em suma: como elucidar também as **potencialidades e as existências** em curso? (FIG.10)



Figuras 10. Associações livres (fonte: fotos dos autores).

2.1 Construindo conceitos relacionais a partir de híbridos

Para enfrentar o referido desafio, professores e alunos se propuseram a ensaiar possibilidades conceituais e metodológicas por meio de híbridos (LATOURE, 2012), construídos aqui a partir da mescla das 6 perguntas disparadoras elencadas pelo Método Cartográfico Indisciplinar. Assim, imagens e trechos dos depoimentos compartilhados ao longo da disciplina foram categorizados e organizados através das perguntas, marcadas por cores específicas (FIG.11)

- o que: **rosa**
- por que: **azul**
- com quem: **marrom**
- com o que (natural e inventos): **verde**



Figura 11. Cartografia bailante (fonte: elaborada pelos autores).

Com relação à pergunta "o que", ficou definido que ela seria respondida pelos verbos (ação) identificados nas palestras sobre o território amazônico, tais como: morar, trabalhar, cuidar das crianças, cuidar da saúde, aprender, ensinar, brincar, circular, permanecer, etc.

Nas sequência, um grande mapa foi construído com imagens satélites da região ribeirinha do rio Amazonas (**onde**), impressas em 11 pranchas formato A1, cujo tratamento gráfico gerou discussões conceituais importantes que incluíram a sua escala, a definição das cores do rio e da floresta, o recorte territorial, etc. (FIG.12)

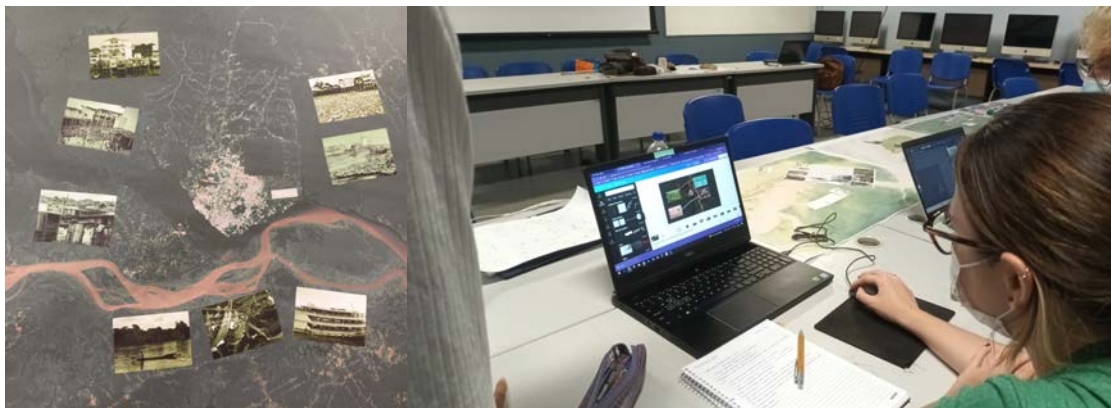


Figura 12. Cartografia bailante (fonte: foto dos autores).

Acordou-se que o eixo das imagens em cada prancha seria o Rio, afinal ele era o eixo narrativo da discussão proposta. Quanto ao recorte, optou-se pelo início na cidade de Manaus e o fim na sua foz, que acontece tanto no Arquipélago do Bailique, como em Belém, no Pará, justificado pelas aulas expositivas e palestras que se concentraram nessas Amazônia(s) Ribeirinhas. (FIG.13)



Figura 13. Montagem da cartografia bailante (fonte: foto dos autores).

Situadas sobre o curso do rio Amazonas, as imagens e textos foram costuradas por linhas de cores diferentes, a partir de arranjos híbridos, que definiram **3** eixos de leitura:

- **Materialidades:** com o que (natural e inventos) e por que
- **Identities:** com quem + com o que (natural e inventos) e por que
- **Resistências:** : o que (verbos) + identities + materialidades

Importante dizer como essas combinações foram definidas. Sobre as **materialidades**, foram separadas imagens e textos de palafitas, passarelas e embarcações com o rio, várzea e floresta. (FIG. 14, 15, 16, 17, 20)

Sobre as **palafitas**, trata-se de construções feitas acima do nível da água ou da terra, fincadas no chão por esteio ou tarugo. São feitas sobre áreas de várzea, beira de rio e lagos, localizam-se na cidade ou no campo, seja solitária ou em uma vila. Desse modo, é possível afirmar que são condicionadas pelas águas do rio e pelas madeiras disponíveis. No campo, a madeira pode ser comprada ou extraída das florestas e materiais industrializados podem ser adquiridos em vilas maiores ou nas cidades. Já nos centros urbanos, os moradores, os pobres urbanos, só podem comprá-la nos depósitos de material de construção local. Em situações mais precárias, as vedações são feitas por meio de bricolagens de materiais refugados e reutilizados. Os verbos associados a elas (o que) são: morar, cuidar, trabalhar, aprender, etc.

Dependendo do meio, várzea alta ou baixa, a terra fica inundada durante parte do ano, e o acesso ocorre somente por meio artificial, seja por **passarelas** (também chamadas de pontes) (FIG.14), na grande maioria de madeira, ou pelas **embarcações** - como canoa, rabeta, barco, catraia, voadeira. Os verbos associados às passarelas foram: brincar, permanecer, transitar e guardar. A vida depende do trânsito dos rios devido ao regime das marés - incha, vaza, seca, morta. Alguns verbos: transitar, pescar, comercializar, acessar serviços e ter lazer.



Figura 14. Passarelas e palafitas baixas em Macapá (fonte: SOUZA, 2019)



Figura 15. Palafitas baixas em Macapá (fonte: SOUZA, 2019)



Figura 16. Palafitas baixas no Arraiol (fonte: foto dos autores)



Figura 17. Embarcações em Monte Dourado (fonte: PAIVA, 2019)

Quanto às **identidades**, foi possível identificar várias nomeações, muitas delas associadas a um ator não-humano (com o que). Conceitualmente, os autores concordam que os **ribeirinhos** (FIG. 18, 21, 22) são populações que vivem às margens ou sobre a **várzea, o rio, o lago e o igarapé** e que possuem intensa relação com a **água** (BENCHIMOL, 2009; FRAXE, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2019; DIEGUES, ARRUDA, 1999). Caracterizam-se por serem produtores polivalentes, praticam agricultura, extrativismo e pesca, de onde combinam e manipulam, de forma **inter-relacionada** (por que), os delicados ecossistemas do solo, da floresta e do rio (PORTO-GONÇALVES, 2019). Abarcam diversas maneiras de viver e trabalhar – como peconheiro (o que escala o açazeiro para coletar açaí) (FIG.21), seringueiro, pescador, vendedor de **fruta**, coletor de **castanha** (BENCHIMOL, 2009, [1999]). Mas não necessariamente um **castanheiro** ou **seringueiro** é ribeirinho, pois podem viver na terra firme e depender menos da pesca (DIEGUES, ARRUDA, 1999).

De modo geral, a nomenclatura “**caboclo**” é usada conceitualmente para nomear pessoas que habitam nas **áreas rurais** da Amazônia (FRAXE, 2011). Contudo, sua definição possui diversos sentidos. Tanto os ribeirinhos quanto os caboclos podem ser compreendidos a partir da miscigenação de **populações negras, povos indígenas, imigrantes portugueses e migrantes nordestinos** (BENCHIMOL, 2009, [1999]; PORTO-GONÇALVES, 2019). O que não diz respeito a uma feliz miscigenação. A história dos caboclos inicia na dispersão das populações indígenas, já no ciclo da borracha, vieram os nordestinos e, com o final do ciclo, se dispersaram nas beiras de rios.

No estado do Amazonas, denominava-se caboclos tanto aos habitantes das aldeias quanto à população rural (WAGLEY, 1957, p.57). O autor nos mostra que o termo foi uma invenção do grupo identificador com status mais elevado para se referir aos de status inferior. Não foi uma autoidentificação com condições étnicas, mas como categoria relacional. Concepção ainda presente, pois os parâmetros classificatórios incluem qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada” (LIMA, 1999).

Ser **ribeirinho** e ser **rural** também são acometidos com estereótipos devido às diferenças de seu modo de vida e à sua temporalidade distinta da moderna-urbana. Pelo ribeirinho depender do ritmo das marés, é identificado como **preguiçoso e indolente**. “Ser **urbano**” possui uma hierarquia outorgada sobre o “ser-não-urbano” como modelo de existência. (DELGADO, RUIZ, 2014) Em nome da “civilização”, é visto como não civilizado, não-cidadão. (por que)

Etimologicamente, *caa-boc*, provavelmente, significa “o que vem da **floresta**” (SILVA apud COSTA, 1975, p.12). Provinda do Tupi, o *caá* significa **mato, selva, monte**, e *boc* significa retirado, oriundo. Por sua vez, a palavra floresta, de raiz latina, deriva do advérbio *foris*, o qual significa “**de fora**”. Os espaços silvestres sempre conformaram um “fora” à “civilização”, portanto, a criatura que vem desse fora é o ser da “selvageria” (BONA, 2020).

Moradores das beiras ou sobre as águas, as pessoas que vivem em palafitas na cidade também podem ser consideradas ribeirinhas? A resposta é complexa. Para Benchimol (2009) e Cruz (2007), os ribeirinhos podem viver tanto no campo quanto na cidade. Cruz enfatiza sua pesquisa no **camponês-ribeirinho**, afirma que sê-lo é muito mais que uma posição geográfica (viver na beira do rio), mas o rio é um complemento ou a própria vida. Além da localização na beira das águas, Benchimol traz a relação com o rio, maneiras de viver e trabalhar (com exemplos rurais) e se refere à miscigenação cabocla.

Para aqueles que vivem na cidade ou no campo, há diferenças na (re)produção da vida, pelo trabalho de subsistência, na relação com a(s) natureza(s) - principalmente com a água - e diferença de visão de mundo. Na cidade (FIG.20), observa-se a dependência do dinheiro com o trabalho assalariado ou informal; a expulsão da terra ou busca de melhores condições de vida; o distanciamento de vivências com a água (por que); e maiores densidades que geram impactos

ambientais. Por sua vez, no campo (onde), os ribeirinhos vivem com menor dependência do dinheiro devido às suas atividades de subsistência; possuem relação próxima com a água, como tempo da maré para se navegar; baixa densidade entre as habitações o que dilui a questão do saneamento. Em ambos, temos a palafita e é perceptível a falta de investimentos de serviços e infraestruturas pelo poder público - demandas no Congós (SOUZA, 2019) e no Bailique (CALADO, SANTOS, GOMES, 2022) (por que). Dessa forma, percebemos diferenças entre pessoas que vivem no campo (ribeirinhos) e na cidade (pobres urbanos).

Entretanto, um ribeirinho que migra do campo para viver em uma palafita na cidade deixa de ser ribeirinho? Em vez de responder, traremos outra pergunta feita no início do protocolo comunitário do Bailique: como definir quem é e quem não é da comunidade? Eles consideram aqueles que nasceram, moram no local, convivem bem, fazendo parte de sua vida coletiva. Pessoas de outros locais que se mudaram e se sentem parte da comunidade. Além do mais, há os “filhos da comunidade” que vivem em outros locais, mas que não deixam de fazer parte da comunidade. (por que)

Importa salientar o conceito de **idades ribeirinhas**, em que o campesinato não é um condicionante. Estas cidades estão, a rigor, localizadas às margens dos rios; são pequenas em termos de contingente populacional, dimensão territorial e funções urbanas presentes; sua abrangência é local; e são tradicionais (TRINDADE JR., SILVA E AMARAL, 2008).

Outras identidades apareceram no decorrer da disciplina, Bailiquense e o **futebol**. Quanto ao primeiro, o arquipélago do Bailique é composto pelas ilhas, mas atualmente se fala na “região do Bailique” com o intuito de agregar várias vilas localizadas na sua frente que possuem o mesmo modo de vida, características semelhantes e relações comunitárias e familiares. A autoidentificação como pertencente ao Bailique ocorreu durante o protocolo comunitário. Sobre o segundo, é comum no Brasil gostar de futebol, mas na Amazônia está condicionada ao horário da maré. Na maré alta, o campo de futebol está embaixo d’água, já na maré seca, a praia se expõe e é possível o jogo. O que não se restringe apenas às áreas rurais, na cidade de Macapá o **futelama** é famoso (FIG.19) . Além do mais, os ribeirinhos podem destinar um terreno na área mais alta da terra firme para jogar, inclusive, é habitual se deparar com um campo de futebol no meio de uma vila ribeirinha.



Figura 18. Cozinha da família ribeirinha (fonte: PAIVA, 2020).



Figura 19. Jogador lama (fonte: PAIVA, 2012).



Figura 20. Pobre urbano numa palafita alta em Manaus (fonte: site toda hora.com, 2022).

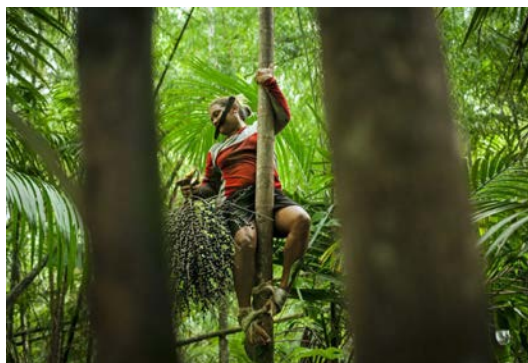


Figura 21. Peconheira (fonte: PAIVA, 2020).



Figura 22. Camponesa ribeirinha (fonte: PAIVA, 2020).

3. Considerações finais

Esse artigo foi iniciado a partir da inquietação diante das definições do que sejam práticas de **resistência**, visto que, via de regra, elas partem de visões redutoras, associadas à ideia de **permanências**, físicas ou simbólicas, em um dado território sob conflito. Ou, por outro lado, ela também pode resultar a partir de dicotomias, pautadas pela negação de algo pré-concebido como **sujeição**. Para buscar outras vias, uma disciplina foi aberta e outros arranjos foram experimentados, a partir de híbridos construídos na junção de algumas perguntas básicas (FIG. 23).

Considerando que as relações de poder acontecem de várias formas e em escalas diversas, acordou-se na disciplina que seria pertinente experimentar uma costura transversal dos eixos *materialidades e identidades* para a identificação de práticas de resistência de diversas ordens.



Figura 23. Cartografia bailante (fonte: elaborada pelos autores).

Além da ideia de **permanência**, as cidades flutuantes construídas em Manaus na década de 1920, mesmo que mais tarde tenham sido destruídas em 1967, foram marcadas por uma **organização** surpreendente, o que faz lembrar do entendimento de Judith Revel (2012, p.107)

sobre a necessidade de se organizar uma resistência diante de um poder opressor. Segundo Revel, não é possível definir a resistência simplesmente como reação a esse poder, sob o risco de transformá-la no seu duplo-invertido ou, até mesmo, num novo poder tão autoritário quanto o primeiro. Nesse sentido, se resistir não é reagir, há de se buscar as pistas do que é e como se dão as diversas formas de resistência.

A palavra **organização** também apareceu na Cartografia em outras imagens e textos, como por exemplo no Protocolo Comunitário do Bailique, que, dentre outros apontamentos, proíbe a venda de terrenos para fazendeiros e um pesquisador precisa pedir autorização do Protocolo para realizar sua investigação; nos mutirões realizados para autoconstrução e reforma de equipamentos coletivos, como passarela e posto comunitário, e nas atividades extrativistas; na articulação de diversos atores (organizações sociais, indígenas, quilombolas, organizações sociais e sindicais) com o poder-público para a existência de um barco-hospital no oeste do Pará; e o barco-escola no Bailique realizado em conjunto com a universidade.

A **transmissão de conhecimento**, outra forma de resistência, foi localizada no cotidiano e no mutirão habitualmente feito pelos moradores na autoconstrução e nas atividades extrativistas e de pesca, como aprender a subir no açazeiro com a peconha desde cedo.

Por outro lado, como vimos anteriormente, ser caboclo, rural e/ou ribeirinho apresenta várias conotações negativas, mas não só. Fraxe (2004) nos fala do **sentimento de pertença e orgulho** ao ser caboclo na comunidade de São Francisco no estado do Amazonas. Para eles, significa enraizar-se na sua origem e compreender o quanto foram relevantes na construção do estado. Como dito sobre o Arraiol (Bailique), o pertencimento pode ser associado a um modelo de vida, pela relação com a natureza, de estar em comunidade e a liberdade. Bem como, por não viver na cidade:

eu tenho muita consciência do que nós somos, pra me dizer "ah o professor Marcos é um caboclo, o professor Marcos é um ribeirinho", pra mim é um orgulho, isso aí não é, não é demérito de forma nenhuma. Eu tenho muito orgulho disso na verdade, por conta do que eu acredito que seja um modelo de vida pra mim bom. Então se o modelo de vida que eu acredito pra mim como sendo bom, como sendo aquilo que eu almejo pra minha vida e viver em liberdade, esse horizonte aqui ó, né? Vendo esse horizonte, vendo em harmonia com a natureza, em contato com a natureza. Eh em comunidade. E isso significa ser ribeirinho. E eu sou ribeirinho. E tenho muito orgulho disso. O caboco, [...] A expressão certa caboclo com L, mas a gente acaba abreviando pra caboco aí e fica nesse caboco e, entre a gente, a gente se trata assim: como caboco.²

Acho que eu sou um pouco de tudo. Sou ribeirinha, eu sou cabocla de lá mesmo [Bailique], tanto que eu não consigo me ver na cidade. Eu venho aqui [na cidade], passo três dias e já entro em desespero, porque eu digo assim, eu quero voltar pra casa, que eu não consigo viver no meio de muros, me dá um uma fobia de viver assim, de saber que tem um vizinho lado que pode tá precisando e que eu nem sei o que tá passando. E aí eu me vejo lá, que eu gosto de andar na ponte descalça, de gritar, de saber o que tá acontecendo, de poder ajudar o outro.³

Orgulho e pertencimento são formas de resistência, renovadas também nas **festas** e em sua história. Na mesma comunidade, os moradores organizam a festa do Divino Espírito Santo anualmente. Para Marcos e José Cordeiro (2017), **narrar a história** da comunidade do Arraiol seria uma forma de resistir à opressão vivida em vistas de um futuro digno. Por meio dos escritos

² CORDEIRO, Marcos. Entrevista 1 [julho 2022]. Entrevistadora: uma das autoras do artigo. Bailique, 2022, 1 arquivo .mp3 (57 min.)

³ ARAÚJO, Diana. Entrevista 2 [agosto 2022]. Entrevistadora: uma das autoras do artigo. Macapá, 2022, 1 arquivo .mp3 (31 min.)

é possível entender que o registro e a memória das comunidades do Bailique são, para o autor, formas de **afirmar uma existência** que, por si só, sempre foi resistência. O que leva a outro termo cartografado, **fortalecimento**, seja da juventude ribeirinha, seja dos coletores de açaí e castanha, ou das atividades ligadas à educação.

Soma-se a essas a ideia do **cuidado** e do **capricho**, identificável em imagens cotidianas, registradas, dentre outras, pelo olhar sensível do fotógrafo-poeta, como das painéis reluzentes na cozinha de uma palafita no Bailique, "esculturas", segundo ele (FIG.18). Ao esfregar a passarela para a festa religiosa no Arraiol, com o intuito de não estar escorregadia, como relatado pela moradora. E em uma quase imperceptível rampa na passarela, auxiliando quem possui locomoção reduzida ou PcD.

Todas essas imagens se aproximam do conceito de **r-existência** (PORTO-GONÇALVES, 2006), de algo que pré-existe, ou seja, não reage a uma ação alheia, e, justamente a partir dessa existência resiste. R-existe. Dessa forma, a resistência não é apenas negativa, como também afirmam Gomes e Calado (2020), para quem as populações ribeirinhas amazônicas resistem historicamente a ameaças predatórias. Elas reexistem e se re-territorializam após cada avanço colonizador e é nessa constante atualização da própria existência, a partir de um diálogo intercultural, que se podem encontrar pistas para formas de r-existência e libertação do modelo colonizador.

Por fim, foi possível associar resistência à **transformação**. Sob a ótica da utopia Oswaldiana no "Manifesto Antropofágico", aparece como característica necessária aos povos subalternos saberem o que absorver do outro no próprio processo de subjetivação. Haesbaert interpreta nessa constante re-territorialização e atualização da própria existência dentro do contexto latino-americano uma "prática descolonial 'antropofágica' de r-existir pela própria capacidade de trânsito entre múltiplos territórios" (HAESBAERT, 2021, p.28). Essa prática de resistência pode ser identificada no ribeirinho que se gradua na cidade e depois retorna para trabalhar na sua vila, no mapeamento de bancos de areia pelos ribeirinhos usando aplicativo de navegação, dentre outras.

Arrisca-se aqui a afirmar que as práticas de resistência elencadas acima sinalizam pressupostos importantes para processos de urbanização responsivos, na medida em que devam ser percebidas como pistas para uma interlocução mais respeitosa entre atores do poder-público e moradores sob conflitos territoriais, que incorpore os saberes desses moradores no desenvolvimento de planos e projetos.

Entretanto, se este artigo se iniciou a partir da inquietação oriunda das dicotomias formalidade-informalidade, natureza-cultura, permanência-expulsão, surge agora uma nova questão: tais práticas e resistência são possíveis apenas em comunidades pequenas, onde os acordos coletivos podem ser reforçados? Como fortalecer as r-existências, como aquelas mapeadas na Cartografia Bailante, visando a criação de redes de eventos-saberes-seres respeitando as singularidades mas buscando os plurais necessários para a construção de políticas públicas ?

Referências

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia** – Formação Social e Cultural. Manaus: Editora Valer, 2009.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; SOUSA, Francelle Benedito Baldez; CALADO, Janaína Freitas. Cartografia Socioambiental: Território do Bailique. In: GOMES, Raimunda Kelly Silva. In:

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaína Freitas (org). **Rio de saberes: vivências de populações tradicionais na construção de seus territórios de vida na Amazônia Oriental – Amapá – Curitiba: CRV, 2022.**

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** 274 p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. São Paulo/Brasília: Ministério do Meio Ambiente/USP, 1999.

FARRÉS DELGADO, Y.; MATARÁN RUIZ, A. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis**, n. 37, 2014.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; UFF, 2021.

CORDEIRO, José (org.). **Arraiol do Bailique: uma resistência Cabocla.** Arraiol, 2017.

Revel, J. (2012) **Resistências, subjetividades, o comum.** Revista Lugar Comum, Nº35-36.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do ator-rede.** Salvador/Bauru: EDUFBA/ EDUSC, 2012.

LIMA, Deborah Magalhães. A Construção Histórica do Termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos do Naea**, v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.

LOPES, Marcela Silviano Brandão; RENA, Natacha Silva Araújo; SÁ, Ana Isabel de. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **VIRUS**, São Carlos, n. 19, 2019.
MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano no mundo contemporâneo? In: **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia.** 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, Ana Esther (coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005, pp.118-142.

COSTA PEREIRA, J. V. Caboclo Amazônico. **TIPS e Aspectos do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE. p. 12-15, 1975.

SOUZA, Luana Rocha de. Cartografia das controvérsias: entre ação direta e luta institucional na produção de uma ocupação informal em palafitas na cidade de Macapá (AP). Belo Horizonte:

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2019. 2 v. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito, “Das ‘janelas’ às ‘portas’ para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia”, In. Saint-Clair Cordeiro Trindade Jr, Maria Goretti da Costa Tavares (orgs.), *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: Edufpa, 2008, p. 27-48.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Brasiliense, 1957.